

# PENSAR A COMUNICAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DE UMA ABORDAGEM DECOLONIAL: ASPECTOS DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO EM DIÁLOGO

*THINKING ABOUT BRAZILIAN COMMUNICATION FROM A DECOLONIAL  
APPROACH: ASPECTS OF RACE, CLASS AND GENDER IN DIALOGUE*

*PENSAR LA COMUNICACIÓN BRASILEÑA DESDE UN ENFOQUE DECOLONIAL:  
ASPECTOS DE RAZA, CLASE Y GÉNERO EN DIÁLOGO*

*Original recebido em: 21 de outubro de 2025  
Aceito para publicação em: 30 de março de 2026  
Publicado em: 09 de abril de 2026*

Ohana Boy Oliveira  
*Universidade Federal da Bahia (UFBA)*

Pedro Henrique Conceição dos Santos  
*Universidade Federal Fluminense (UFF)*

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo.

## RESUMO

A partir do diálogo com a decolonialidade, este trabalho pretende ampliar o debate sobre os aspectos de raça, classe e gênero para pensar a comunicação brasileira. Partindo destas categorias, que consideramos indissociáveis, nosso intuito é complexificar essas intersecções, trazendo suas definições para fomentar perspectivas imbuídas de criticidade. A partir de uma abordagem interdisciplinar e decolonial, este artigo discute como a colonialidade do poder, do saber e do ser estruturam a produção de subjetividades e as práticas sociais e comunicacionais na sociedade contemporânea no território brasileiro.

**Palavras-chave:** Comunicação; Raça; Classe; Gênero.

## ABSTRACT

Based on a dialogue with Epistemologies of the South, this work aims to broaden the debate on aspects of race, class, and gender to reflect on Brazilian communication. Based on these categories, which we consider inseparable, our aim is to complexify these intersections, bringing their definitions to bear to foster critical perspectives. From an interdisciplinary, and decolonial approach, this article discusses how the coloniality of power, knowledge, and being structures the production of subjectivities and social and communication practices in contemporary Brazilian society.

**Keywords:** Communication; Race; Class; Gender..

## RESUMEN

A partir de un diálogo con las Epistemologías del Sur, este trabajo busca ampliar el debate sobre aspectos de raza, clase y género para reflexionar sobre la comunicación brasileña. Partiendo de estas categorías, que consideramos inseparables, buscamos complejizar estas intersecciones, aplicando sus definiciones para fomentar perspectivas críticas. Desde un enfoque interdisciplinario y decolonial, este artículo analiza cómo la colonialidad del poder, el conocimiento y el ser estructura la producción de subjetividades y prácticas sociales y comunicativas en la sociedad brasileña contemporánea.

**Palavras-chave:** Comunicación; Raza; Clase; Género.

## 1. INTRODUÇÃO

“Quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical, quando esse trabalho é dirigido para as necessidades das pessoas, nos põe numa solidariedade e comunidade maiores. Enaltece fundamentalmente a vida”.

bell hooks (1995)

Compreendendo a importância de refletir sobre formas outras de pensamento, para além da filosofia já sedimentada no ocidente, este trabalho se soma aos demais que fomentam análises comunicacionais que consideram a interseccionalidade como uma ferramenta teórico-metodológica importante (Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2021). Sobretudo, consideramos que a interseccionalidade não considera apenas a forma, mas o conteúdo e, por essa razão, buscamos contribuir para uma percepção que complexifica tais categorias imprescindíveis nas suas interações sociais contemporâneas dentro do contexto brasileiro. Com uma abordagem interdisciplinar, principalmente do ponto de vista decolonial, discutimos como as atribuições de sentido difundidas pela mídia dominante ainda permanecem reproduzindo a colonialidade do poder, do saber e do ser. O intuito é, portanto, combater tais formas de opressão e incentivar de maneira cada vez mais urgente a descolonização do pensamento, conforme vemos em trabalhos como de Cabral (1979) e Gonzalez (2020).

Dialogamos ainda com a perspectiva de hooks (1995), ao afirmar que “o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação, fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas, que passariam de objeto a sujeito, que descolonizariam e libertariam suas mentes” (hooks, 1995, p. 466). Isso significa ressaltar a relação constitutiva entre teoria e prática, visando uma práxis radical tanto na comunicação quanto na educação.

Neste sentido, trazemos um apanhado de como raça, classe e gênero revelam o lugar da comunicação no Brasil, cotidianamente tão racista, misógino e desigual. Ainda que

existam outras intersecções que são, também, relevantes, privilegamos a discussão desta tríade pensando a partir do lugar ocupado pela mulher negra brasileira, tão bem desenhada no trabalho de Gonzalez (2020). Assim, considerando que temos o racismo como um dos pilares que estruturam a sociedade brasileira, conforme nos indica Dennis de Oliveira (2021a) ao afirmar que “a concepção de racismo estrutural se encaixa na perspectiva de luta pela hegemonia da concepção materialista de racismo” (p. 64), torna-se necessário enxergar seus antecedentes.

É importante situarmos o que entendemos por “comunicação”. Partindo de Sodré (2014), que entende que as lógicas do capitalismo estão presentes na forma o daquilo que conhecemos como campo comunicacional nos dias de hoje, a rela o com o divino   a inspira o principal para o entendimento do que   a comunica o. O pesquisador brasileiro pensa a partir das rela es do povo grego e romano com suas divindades para compreender a liga o a partir das oferendas, um modo de comunica o com os deuses (*religare*). Martino (2011, p. 13) oferece uma outra perspectiva ligada aos mosteiros do cristianismo antigo, em que havia um momento de encontro de todos que estavam l  presentes, em jantares, e essa prática de reunir pessoas em comum foi denominada *communicatio*.

Assim, partimos do “comum” de Sodré (2016), que entende como “a sintonia sensível das singularidades capaz de produzir uma similitude harmonizadora do diverso” (Sodré, 2016, p. 69), para pensar esse lugar comunicacional. Assim, até mesmo com a nossa discussão e os meios de comunica o que ativamos ao longo de nossa discussão, o ponto  , justamente, entender essa comunica o que   — ou deveria ser — diversa, complexa e que busca uma moviment o efetivamente dialógica, conforme   observável em esquemas como o de emissão/recep o, apresenta o/ouvinte, fala/escuta e codifica o/decodifica o.

Sobre as escolhas epistemológicas, quando acionamos a interseccionalidade, apontamos que não se trata de experiências individualizadas, mas de formas de existências que fogem daquilo que foi hegemonizado. A percep o dominante   baseada em uma visão ocidental que provocou inúmeras desigualdades nas sociedades humanas, constru es históricas que não devem ser naturalizadas. Seu antecedente, conforme destacado no trabalho de Oliveira (2021b),   a Modernidade, estruturada ao longo do tempo histórico como categoria mental que orienta a sociedade ocidental até hoje. Assim, devemos nos atentar como, entre outros aspectos, raça, classe e g nero são marcadores sociais e alicerces teóricos capazes de nos auxiliar na compreensão do mundo para transformá-lo<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Fazemos referência aqui   tese 11 elaborada por Marx e Engels na obra *A ideologia alemã* (2019, p. 91): “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de maneiras diferentes; o que importa, contudo,   transformá-lo”.

Para tanto, necessitamos de um lugar epistemológico que parta de pontos de vista diferentes daquele hegemônico. Levando em consideração que “a perspectiva pretensamente antropocêntrica da Modernidade, embora se apresente como universal, tem a componente eurocêntrica” (Oliveira, 2021a, p. 73), precisamos achar uma outra chave que seja capaz de pensar a transformação almejada. Por isso, partimos de uma epistemologia do sul, que fuja desse lugar ocidental hegemônico, como “a verdadeira essência do existir humano”, como apontado por Dantas (2014, p. 53) em estudo sobre as contribuições de Milton Santos na construção de uma epistemologia do sul, que ocupa o lugar do “patológico, feio, desumano” (Dantas, 2014, p. 53). Desse lugar, o pensamento decolonial é uma das chaves de pensamento capaz de realizar uma crítica ao lugar que o pensamento ocidental se estabeleceu. Segundo Quijano (2005), em um contexto de desenvolvimento do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado há uma configuração das hierarquias e dos papéis sociais, como um padrão global de controle do trabalho que concentra formas de controle da subjetividade e da produção do conhecimento.

Com isso, nossa principal questão é: como podemos pensar a comunicação brasileira contemporânea para imaginar possibilidades de transformação da sociedade como está posta, com inúmeras desigualdades? Partimos da hipótese de que as categorias de raça, classe e gênero podem auxiliar a compreender como ocorrem as dinâmicas das relações sociais no cenário comunicacional brasileiro. O principal propósito é, a partir de uma abordagem interdisciplinar e decolonial, discutir como a colonialidade do poder, do saber e do ser estruturam a produção de subjetividades e as práticas sociais e comunicacionais na sociedade contemporânea no território brasileiro. Considerando isso, nossos objetivos específicos são: 1) discutir sobre a colonialidade na comunicação, partindo da decolonialidade enquanto epistemologia do sul a desdobrar nossas discussões; 2) falar sobre os aspectos de raça, classe e gênero, respectivamente, no âmbito comunicacional. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica que privilegia a discussão a partir de intelectuais racializados, do gênero feminino e representantes do Sul Global, majoritariamente.

A contribuição que se segue busca fugir dos paradigmas binários e essencialistas, complexificando as dinâmicas comunicacionais e culturais de nossa época, compreendendo tal campo como uma arena de disputas pelo direito de significar, inspiradas por Hall. Nosso pensamento é, também, reflexo de estudos que pensam sobre estratégias para uma transformação viável, conforme apontado no trabalho de hooks (2019), pensando em práticas de conscientização negra, no apuramento do pensamento descolonizador, nas críticas ao

modelo socioeconômico vigente, objetivando uma resistência contínua no que diz respeito à dominação e uma elaboração para transformações possíveis na comunicação.

## 2. COLONIALIDADE DO PODER, DO SABER E DO SER NA COMUNICAÇÃO

Uma das referências de nossa reflexão é o Grupo Modernidade/Colonialidade, que se desdobra em seus estudos sobre colonialidade e decolonialidade na América Latina. Com semelhanças e diferenças em termos de perspectiva, o grupo busca questionar, em geral, o paradigma hegemônico de dominação mundial e fazer um giro decolonial epistemológico.

Segundo Quijano, há um contexto do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado que se configura com suas hierarquias e papéis sociais, com um novo padrão global de controle do trabalho, com uma dominação colonial branca, concentrando ainda as formas de controle da subjetividade e da produção do conhecimento (Quijano, 2005). Ressaltamos o entendimento sobre colonialidade que nos inspira a debater tais temáticas, trazendo definições que vão além das relações estabelecidas com os findos processos oficiais de colonização.

De acordo com Grosfoguel (2008, p. 126), “a colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial”. Defendemos que a colonialidade não é um resquício de tais administrações coloniais, mas a estrutura que formou nossa sociedade a partir da opressão e subalternização de determinados grupos sociais.

Dessa maneira, para Quijano, a colonialidade do poder implica na constante

invisibilidade sociológica dos não-europeus, “índios”, “negros” e seus “mestiços”, ou seja, da esmagadora maioria da população da América e sobretudo da América Latina, com relação à produção de subjetividade, de memória histórica, de imaginário, de conhecimento “racional”. Logo, de identidade (Quijano, 2005, p. 24).

Maldonado-Torres elaborou um esquema elucidativo onde analisa a colonialidade do poder, do saber e do ser. Cada uma constitui uma percepção sobre o mundo com pelo menos três componentes básicos, cada um fazendo referência ao sujeito corporificado, sendo a do saber relacionada ao sujeito, objeto e método; a do poder relacionada à estrutura, cultura e sujeito; e a do ser relacionada ao tempo, espaço e subjetividade (Maldonado-Torres, 2019). “Comum às três dimensões é a subjetividade. O que quer que um sujeito seja, ele é constituído e sustentado pela sua localização no tempo e no espaço, sua posição na estrutura de poder e na cultura, e nos modos como se posiciona em relação à produção do saber” (Maldonado-Torres, 2019, p. 43).

Sublinhamos a colonialidade do ser enquanto materialização no sujeito dos processos de subjugação, afetando não só seus corpos, mas também suas mentes e subjetividades. Por último, a colonialidade do saber está ligada à produção de conhecimento que se pretende universal partindo do lugar de enunciação do homem cisgênero heterossexual branco cristão patriarcal ocidental/eurocêntrico. Em resumo, buscando refutar os binarismos, discute-se a valorização das diferenças e a defesa de outros mundos possíveis.

Pensando mais especificamente na produção de subjetividade na comunicação e na cultura, recorreremos à Njeri (2022), que tensiona o modelo civilizatório ocidental performado pelo Brasil a partir de três pilares: o judaico-cristão, o greco-romano e o iluminista. Segundo a pesquisadora, o pensamento europeu se apresenta e se impõe enquanto universalista, dentro de sua centralidade, problematizando o mito da universalidade ocidental, defendendo, portanto, a pluriversalidade de narrativas. Isso dialoga com o que Adichie (2019) debate através dos perigos da história única, uma vez que existe um poder que é exercido por certos grupos que controlam as narrativas, chamado pela nigeriana de *nkali* (palavra em igbo, dialeto nigeriano).

No jornalismo, por exemplo, podemos observar a valorização da subjetividade por meio do trabalho de Moraes e Silva (2019), que questionam a objetividade jornalística a partir da subjetividade como estratégia que descoloniza mentes. A partir de um ponto de vista interseccional, levando em consideração aspectos de gênero e raça, as pesquisadoras realizam uma crítica à modernidade e sua suposição de um sujeito estável e coerente, o que leva a rejeitar a noção de objetividade como o único caminho possível para a formulação de matérias jornalísticas, algo já contestado pela teoria do jornalismo (Moraes; Silva, 2019, p. 8). Como é apontado pelas pesquisadoras, o jornalismo, como campo de saber e poder, não pode deixar de participar do processo de descolonização do pensamento, uma vez que se trata de uma prática social integrada à realidade social.

Quando levamos em consideração a indústria cultural contemporânea, a disputa de narrativas presente na comunicação pode ser observada a partir de aspectos de raça, classe e gênero. O mercado de trabalho publicitário, vale mencionar, restringe a atuação de grupos marginalizados socialmente: de acordo com Observatório da Diversidade na Propaganda e Gestão Kairós, em um censo de 2023<sup>2</sup> sobre os profissionais presentes em agências de publicidade, apenas 10,3% deles que ocupam cargos de liderança são pessoas negras. Desta

---

<sup>2</sup> Disponível em:

[https://gestaokairos.com.br/wp-content/uploads/2024/11/Publicidade\\_Inclusiva\\_Censo\\_de\\_Diversidade\\_das\\_Agencias\\_Brasileiras\\_2023\\_Gestao\\_Kairos\\_e\\_ODP.pdf](https://gestaokairos.com.br/wp-content/uploads/2024/11/Publicidade_Inclusiva_Censo_de_Diversidade_das_Agencias_Brasileiras_2023_Gestao_Kairos_e_ODP.pdf). Acesso em: 18 out. 2025.

forma, o controle de decisões no que diz respeito à criação publicitária está nas mãos de pessoas que estão em situação privilegiada, diante do contexto desigual de acesso a direitos básicos. São necessários mais trabalhos que aprofundem os aspectos atrelados ao mercado de trabalho da comunicação para que possamos compreender o impacto da relação entre o fazer comunicacional e a propagação do simbólico.

Entretanto, isso não significa que não existam formas de combater os problemas relacionados ao racismo, às desigualdades sociais e ao sexismo. Hall (2016) propõe formas que podem superar questões racistas no âmbito da comunicação. A primeira é a inversão dos estereótipos atrelados a pessoas negras, uma vez que é preciso desmistificar tais crenças que naturalizam certas características a indivíduos de um mesmo grupo social. Em segundo lugar, o teórico sugere a positivação de imagens para reconfigurar a maneira como um grupo social é visto pela sociedade. Por fim, através da transcodificação é possível contestar certas representações midiáticas, uma vez que é uma contestação dentro do regime representacional que busca reapropriar-se dela e propor novos significados.

Esse cenário de entraves para tentar solucionar os problemas criados pelo par modernidade/colonialidade ocorre porque “a Europa é indefensável” (Césaire, 2020, p. 9). Tal afirmação é feita por Césaire por conta do aniquilamento de formas existenciais empreendidas pela imposição do caráter civilizatório europeu que implicou na configuração desigual do mundo contemporâneo. Os reflexos podem ser sentidos inclusive no próprio fazer comunicativo em que a dialogicidade perde seu valor.

Quando Ribeiro (2019) discute sobre o lugar de fala, presume-se um lugar de escuta. No entanto, a cosmopercepção (Oyěwùmí, 2021) ocidental se sobrepõe a outras lógicas, impedindo o exercício do lugar de fala de grupos subalternizados. Sendo o processo dialógico essencial para o estabelecimento da comunicação, é necessário pensarmos no conceito de lugar de fala como uma “ferramenta de interrupção de vozes hegemônicas” em prol de “vozes historicamente interrompidas” (Mombaça, 2021, p. 85). Ressaltamos que, ao falarmos nesse processo de “interrupção” mencionado a partir de Mombaça (2021) não se trata de exclusão dos pontos de vistas dos grupos hegemonzados, como ocorre diante de processos de deslegitimação da fala de determinados grupos subalternizados, mas como uma “pausa” para ouvir as demais vozes presentes nos processos discursivos.

Nesse contexto racista que vivemos, de hierarquização sistematizada, destruição dos nossos valores culturais, das nossas modalidades de existência (Fanon, 2018), a colonialidade permanece assombrando o cotidiano e o simbólico, seja a do poder com uma mídia dominante

que mantém o que já se encontra estabelecido, seja a do saber com a origem iluminista das universidades que ainda não acolhe totalmente grupos historicamente subalternizados, seja ainda a do ser, moldando nossas formas de subjetividade e produção de comunicação e cultura. “Cada dia que passa, cada negação da justiça, cada blitz policial, cada manifestação operária afogada em sangue, cada escândalo abafado, cada expedição punitiva, cada viatura, cada policial e cada milícia nos fazem sentir o preço de nossas antigas sociedades” (Césaire, 2020, p. 26).

### 3. ASPECTOS DE RAÇA

Iniciamos o embasamento teórico sobre raça, considerando-a como uma categoria construída historicamente para segregar e justificar a dominação de determinados povos sobre outros. Lembramos que, no Brasil, a questão de raça está diretamente relacionada à classe e a gênero, por isso fazemos as devidas adaptações ao nosso contexto mesmo quando utilizamos autoras de outros países, que, debatendo suas realidades específicas, nos ajudam a perceber as semelhanças e diferenças em termos de abordagem desta temática.

Quem nos lembra o lugar da mulher negra brasileira, por exemplo, é Gonzalez (2020), quando propõe uma reflexão socioeconômica sobre o grupo o qual ela se insere. Estamos falando de um grupo que foi anonimizado, destacando que sua invisibilização se dá no âmbito das relações sociais que não leva em consideração sua própria história e sua construção de subjetividades, bem como a sua importância dentro de uma perspectiva econômica. Sua percepção nos leva a compreender como a mulher negra brasileira, após processos de escravização e de violências que atingiram a sua constituição como *ser* dentro do processo colonial, continua ocupando forçadamente o lugar da subalternização dentro da estratificação social brasileira, como base de nossa sociedade.

Já Hall viveu e pesquisou em um contexto de multiculturalismo britânico que tinha como base o reconhecimento da diferença cultural. Hall entende que raça é uma categoria a ser utilizada sob rasura devido a sua complexidade e sua relação com outros termos. Concordamos com o autor quando debate a raça como uma construção política e social que funciona como “categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo” (Hall, 2009, p. 66). Com sua lógica própria, o racismo enquanto prática discursiva tenta justificar as diferenças sociais e

culturais que legitimam a exclusão racial através de distinções genéticas e biológicas, gerando assim um “efeito de naturalização” (Hall, 2009).

(...) nesse tipo de discurso, as diferenças genéticas (supostamente escondidas na estrutura dos genes) são ‘materializadas’ e podem ser ‘lidas’ nos significantes corporais visíveis e facilmente reconhecíveis, tais como a cor da pele, as características físicas do cabelo, as feições do rosto, o tipo físico e etc., o que permite seu funcionamento enquanto mecanismos de fechamento discursivo em situações cotidianas (Hall, 2009, p. 66-67).

A ideia de fechamento discursivo apresentada por Hall (2009) aparece detidamente no trabalho de Kilomba (2019), que se empenha em descrever como o racismo atravessa o cotidiano de mulheres negras que moram na Alemanha, espaço onde a pesquisa foi realizada. A partir de entrevistas, sua investigação demonstra os impactos do racismo em diferentes âmbitos da vida dessas mulheres, em que a intelectual nomeia inúmeras atitudes costumeiras como ações racistas. A visão deturpada sobre a realidade que pessoas negras vivem acaba por descaracterizar o racismo, que acaba ganhando uma forma que penetra na mente e na alma das pessoas envolvidas, tanto vítimas quanto agressores.

Nesse sentido de naturalização das diferenças com sua respectiva hierarquização, que gera desigualdades supostamente naturais, trazemos Gomes (2005) que afirma como “as raças são construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza” (Gomes, 2005, p. 49). Concordamos que existe uma diversidade de termos no debate racial brasileiro, cujo desenvolvimento muito se deve ao papel dos movimentos sociais, especialmente o movimento negro, em diálogo com a produção acadêmica.

Pensando o contexto da América Latina, Quijano (2005) defende que a invenção da raça gera determinada representação social que reproduz uma forma de classificação condizente com as estratégias do poder colonial. Tal invenção, portanto, atua ainda hoje como instrumento de poder econômico, político, cultural, epistemológico e pedagógico. A autora encerra o texto discutindo a complexidade do quadro de discriminação e desigualdades no Brasil, interpretando raça como estrutural e estruturante do contexto brasileiro. Nosso contexto é moldado em grande parte pela classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o grupo racial negro composto por pretos e pardos, o que causa inúmeros debates sobre colorismo ou pigmentocracia, identificação racial etc. Por ora, nos interessa saber que a maioria da população do país é negra, com um aumento significativo na

porcentagem verificado pela última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) realizada pelo IBGE<sup>3</sup>.

O Brasil ainda é um país racista, responsável pelo projeto em desenvolvimento desde a escravidão: o genocídio da população negra. Apesar de ser a maior parte dos brasileiros, com um aumento em termos de autodeclaração e de mudanças recentes significativas no quesito educação superior por conta das políticas públicas de ações afirmativas através do sistema de cotas, ainda é abissal a desigualdade quando se fala de relações étnico-raciais no Brasil. É cada vez mais urgente a discussão sobre raça em todos os campos de pesquisa, nos mais variados objetos de estudo, visando destruir o mito da democracia racial que continua reproduzindo as relações entre a casa grande e a senzala, apesar da luta permanente dos quilombos. Vale lembrar que tal mito está completamente relacionado à construção da identidade nacional em que a mestiçagem foi positivada e autorizada por nomes como Freyre, mais um resquício que estrutura a colonialidade do ser. Além disso, vale lembrar a afirmação de Munanga sobre o racismo ser o crime perfeito no Brasil<sup>4</sup> onde a própria vítima é responsabilizada pelo racismo que sofre, situação recorrente em casos contemporâneos.

Em vista disso, faz-se necessário recuperar a tese mitificada da dita democracia racial como um facilitador da disseminação do racismo no Brasil. Chamamos de “racismo à brasileira” o modo pelo qual a existência do racismo é negada, ao mesmo tempo que ainda persiste (Gonzalez, 2020). Ocorre uma inversão da lógica presente na realidade do racismo, tornando-se uma formulação irracional que instaura uma falsa consciência – ideologia, no sentido proposto por Gonzalez (2020).

Esse fenômeno é denominado neurose cultural brasileira (Gonzalez, 2020), erigido por meio da ação do “neurótico que constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento” (Gonzalez, 2020, p. 84). Assim, a negação do racismo serve para a manutenção dos privilégios adquiridos pela branquitude, tanto material quanto simbolicamente, uma vez que o mito da democracia racial os exime de quaisquer responsabilidades sobre os processos históricos que provocaram desigualdades abissais, em que pessoas negras acabam por ocupar

---

<sup>3</sup> Em 2017 foi publicada uma matéria no site Agência IBGE Notícias sobre essa questão. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>. Acesso em 18 out. 2025.

<sup>4</sup> “Nosso racismo é um crime perfeito, porque a própria vítima é que é responsável pelo seu racismo, quem comentou não tem nenhum problema”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/>. Acesso em: 18 out. 2025.

lugares subalternizados na sociedade brasileira. Sigamos na discussão de classe para compreender outra faceta importante.

#### 4. ASPECTOS DE CLASSE

Em relação à classe social, partimos do entendimento de Marx e Engels, intelectuais europeus do século XIX que deixaram trabalhos relevantes para a emancipação dos sujeitos, a serem apropriados em diversos contextos do mundo<sup>5</sup>. Como método, tais autores desenvolveram o materialismo histórico-dialético, uma metodologia que, a partir da realidade material, debate as condições de vida dos sujeitos através de uma teoria empírica, de uma práxis. A práxis pode ser compreendida como ação e reflexão em prol de uma mudança nas estruturas sociais estabelecidas, sendo um esforço intelectual que tem em vista uma autêntica aproximação entre tais esferas (Freire, 2021, p. 149).

Sabemos que o debate sobre classe é extenso e polêmico e não entraremos nessa discussão de maneira a esgotar o assunto. O que nos interessa ressaltar é a existência de uma estrutura social em que a classe trabalhadora é oprimida pela classe que detém os meios de produção, seguindo a dinâmica do capitalismo enquanto sistema produtivo que gera opressões de todos os tipos. A comunicação é um setor no qual estão atrelados aspectos importantes que se relacionam com a teoria crítica ao capital. É necessário levar em consideração que são poucos os grupos sociais que detém os meios de reprodução midiática. Essa realidade leva outros coletivos a serem subrepresentados, terem suas reivindicações apropriadas, em um processo de espoliação de materialidades presentes nos processos comunicacionais que eles estão inseridos.

Este fenômeno coloca em jogo o capital de representatividade (Conceição dos Santos, 2023) e faz com que as lutas sociais de grupos subalternizados sejam moeda de troca para a ampliação de lucros de indústrias midiáticas. O capital de representatividade é o resultado entre a necessidade de representatividade de grupos subalternizados — a parte que busca sua própria representação discursivamente — e as possibilidades ofertadas pelos grupos de mídia — que detém os meios de reprodução dos discursos midiáticos. Possuindo o controle das narrativas, ainda que estejamos em um momento histórico que possui brechas (como é o caso das redes sociais digitais), hegemonicamente as decisões continuam sendo tomadas por um

---

<sup>5</sup> Aproveitamos para defender aqui que nossa concepção de descolonização do pensamento não é aquela que descarta todas as produções intelectuais vindas de países do norte global, pois sabemos reconhecer a importância de determinados legados de luta pela emancipação dos sujeitos explorados.

grupo específico de pessoas, notadamente formada, majoritariamente, por pessoas brancas, do sexo masculino e heterossexuais.

Conforme Marx e Engels (2015) afirmam “A história de toda a sociedade até hoje tem sido a história das lutas de classes”, defendendo a centralidade da luta de classes e seus embates em busca da libertação dos oprimidos pelo capital. Nessa disputa central, estão colocados, de um lado, os capitalistas/burgueses e de outro, os trabalhadores/proletários.

Ressaltamos que a classe trabalhadora é definida não só como conjunto de pessoas que vivem da venda da sua força de trabalho por meio do salário, mas também como sujeito histórico (Mattos, 2019). Nesse embate desigual entre burguesia e proletariado, não estamos nos referindo apenas a questões econômicas, mas principalmente simbólicas. Marx e Engels (2019) atentam para o fato de que a ideologia dominante, além de afetar a realidade material, também atua diretamente no cultural:

A crítica feita pelo marxismo à propriedade privada dos meios de produção da vida humana dirige-se, antes de tudo, às suas consequências: a exploração da classe de produtores não-possuidores por parte de uma classe de proprietários, a limitação à liberdade e às potencialidades dos primeiros e a desumanização de que ambos são vítimas. Mas o domínio dos possuidores dos meios de produção não se restringe à esfera produtiva: a classe que detém o poder material numa dada sociedade é também a potência política e espiritual dominante (Quintaneiro, 2009, p. 41).

Compreendemos, então, que há um padrão do que deve ser seguido, idealizado e almejado, partindo usualmente das classes dominantes, como hábitos simples do cotidiano, valores familiares, modelos de beleza, formas de consumo etc., moldando a visão de mundo dos dominados, corroborando com a máxima de Marx e Engels de que a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. Assim, o papel da ideologia é a sustentação e manutenção de grupos privilegiados, não apenas no aspecto simbólico, mas na esfera material também.

Vivemos, ainda hoje, em uma contradição constante no que diz respeito ao que apontamos como mudanças sociais estruturais, uma vez que os debates sobre classe vêm ganhando contornos os quais estão desarticulados de outras lutas que vêm se destacando. Em sua investigação, Fraser (2006) aponta como os movimentos sociais, ao longo do século XX, principalmente a partir dos anos 1960, vêm se pautando por “lutas por reconhecimento”, enquanto as “lutas econômicas” de redistribuição são menos importantes e não acompanham, necessariamente, tais reivindicações. As adversidades sociais que também fazem parte de tais movimentações políticas devem ser levadas em conta para uma transformação social efetiva.

Por esse ângulo, podemos compreender a complexidade no que diz respeito ao discurso sobre o antirracismo. Assim como outros conceitos, ideias e noções desenvolvidas dentro da intelectualidade negra, o conceito de antirracismo nasce a partir da realidade prática. Como ação e reflexão, ou seja, práxis, o antirracismo visa contestar práticas racistas,

percebendo que a luta contra o racismo está localizada em relação ao tempo e espaço, uma vez que o racismo ganha contornos específicos e impacta de maneiras diferentes segundo os contextos envolvidos. Trata-se de uma categoria vinculada aos ativismos de movimentos negros que historicamente objetivam a superação de sua situação em desigualdade. Conforme já apontamos, o “racismo à brasileira” possui particularidades.

Com diferentes correntes, o antirracismo é considerado em nossa proposta analítica como uma luta que é também anticapitalista, concordando com Fraser (2006) no que se refere à conjunção entre “reconhecimento” e “redistribuição”. No entanto, a principal contribuição teórica está presente nos trabalhos de Davis (2016) e Gonzalez (2020) quando notam como gênero, raça e classe são atravessamentos que moldam uma experiência de existência peculiar às mulheres negras, tanto estadunidenses quanto brasileiras, respectivamente. O antirracismo é anticapitalista devido ao fato de que o racismo auxiliou na edificação do capitalismo, uma vez que foi através da escravização de pessoas negras e por meio de seu trabalho forçado que houve a possibilidade de uma acumulação primitiva do capital, conforme indica Cox (1959), intelectual que desenvolveu a concepção de “sistema-mundo”, percebendo como as relações econômicas estabelecidas a partir do final do século XV e início do XVI, intimamente ligadas ao processo de segregação racial, configuraram os antecedentes da experiência capitalista.

Outros trabalhos indicam os males advindos pela exploração material exercida pelos europeus ao longo de vários séculos até o século XX. De um lado, Césaire debate sobre como a colonialidade implica em dois grandes problemas da humanidade: “o problema do proletariado e o problema colonial” (Césaire, 2020, p. 9). Este cenário leva a indignação presente no trabalho de Fanon que considera a sociedade burguesa como aquela “em que a vida não é boa” (Fanon, 2020, p. 236). Ambos denunciam como a colonialidade demonstra o que há de pior no processo “civilizatório” europeu, que resultou nessa afirmação de poder estabelecida pelos colonizadores brancos europeus sobre aqueles que eram considerados “primitivos”. Agora, discutiremos sobre gênero, uma vez que além da questão racial, as mulheres também foram deixadas de lado no escopo do caráter civilizatório e cidadão.

## 5. ASPECTOS DE GÊNERO

Nosso embasamento teórico sobre gênero segue o pensamento de Davis (2016), entendendo-o como uma construção social que está imbricada à classe e raça. Seguimos nos inspirando também em Federici (2017) quando debate sobre a reprodução social da vida e do

trabalho desenvolvido pelas mulheres principalmente, considerando a acumulação primitiva do capital desde a Idade Média, além do movimento de caça às bruxas. Fugimos de uma ideia essencializada ligada à biologia para justificar determinados comportamentos ditos femininos.

Oyèwùmí no contexto da Nigéria, nos mostra como há outros parâmetros que não são eurocêntricos e/ou estadunidenses que permitem pensar as especificidades das mulheres. Uma de suas contribuições é a noção de cosmopercepção (Oyèwùmí, 2021) que, ao superar a condição de visualidade presente na expressão “visão de mundo” ocidental, busca pensar em outras lógicas culturais que superam a visão enquanto sentido privilegiado. Mesmo entendendo a diferença racial entre mulheres negras, indígenas e brancas, essa questão da exploração pelo gênero acaba aproximando determinadas opressões e são nessas intersecções que nos apoiaremos. Reconhecemos, portanto, o papel importante do feminismo na história mundial, com características específicas de acordo com seu lugar de enunciação.

Além disso, trabalhamos com uma concepção de gênero relacional, que não se encontra apenas no campo simbólico, porque também afeta e é afetada pelas estruturas sociais. Rejeitamos as justificativas biológicas que buscam explicar as diferenças a partir do padrão sexual de masculino e feminino, entendendo que as mesmas são pautadas por complexos processos de construção histórica ao longo da história da humanidade. Criticamos os padrões que aprisionam os sujeitos em posições fixas, seja relacionado ao gênero, à sexualidade e/ou aos corpos propriamente ditos.

Não pretendemos fazer um panorama dos estudos de gênero e do feminismo global por não ser o escopo deste trabalho, mas trazemos alguns debates acerca da temática para mostrar como uma construção social molda cotidianamente os comportamentos dos indivíduos em termos dos papéis de gênero, reproduzindo a colonialidade do ser, que engloba formas de estar no mundo e de se relacionar com os outros.

Segato, por exemplo, discute a colonialidade do poder e gênero dentro do debate feminista e da luta indígena, a partir da crítica ao que chama de patriarcado colonial moderno (Segato, 2012). À época havia uma crescente nos casos de feminicídio ao redor do mundo, o que não mudou muito nesses últimos anos, com dados alarmantes desses assassinatos que ocorrem apenas pelo fato de se ser mulher. Para a autora, um dos problemas está no binarismo, que, como instrumento eficiente de poder, “resulta da episteme do expurgo e da exterioridade que o sistema colonial construiu e a colonialidade mantém vigente” (Segato, 2012, p. 123). Como contraponto, Segato afirma que “(...) viver de forma descolonial é tentar procurar brechas em um território totalizado pelo esquema binário, que consiste

possivelmente no instrumento mais eficiente do poder” (Segato, 2012, p. 126), indicando, portanto, que uma das saídas seria quebrar esse paradigma binário.

No caso do Brasil, Gonzalez (2020) foi uma das teóricas que debateu gênero e raça na perspectiva das ciências sociais, sendo uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) e importante feminista que se aproximou da Psicanálise para entender a origem dos problemas sexistas e racistas. Ao pensar o contexto do país como pertencente à América Latina, Lélia defendia um feminismo ladinoamefricano, que abarcasse as referências africanas, mas também as latinas. Ainda pensando o feminismo negro, mas no contexto dos EUA, hooks traz uma definição pedagógica do que significa o feminismo: “um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (hooks, 2019, p. 17).

Defendemos ainda o feminismo fronteiriço, discutido por Caetano, que, inspirada por Anzaldúa, pensa um movimento para mulheres em suas mais variadas formas, acolhendo aquelas que muitas vezes se encontram nas fronteiras. Para a autora, fronteiriças são “aquelas práticas, visões de mundo, maneiras de estar e narrar, e tudo aquilo que é inerente a um indivíduo ou grupo que não necessariamente – ou não em específica, rígida e/ou essencializada, estática, dogmática” (Caetano, 2019, p. 208). Inspirada por Butler, Caetano aponta uma crítica fundamental da teórica às categorias binárias de gênero, com a rejeição de que a identidade de gênero é fixa e essencial, além do questionamento de que exista um sujeito universal do feminismo (Caetano, 2019).

Refletindo também sobre as ligações existentes entre marxismo e feminismo debatidos por Arruzza, resgatamos a importância de se pensar gênero de maneira combinada com classe, conforme podemos ver nos escritos de Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista:

O burguês vê a sua esposa como mero instrumento de produção. Ouve dizer que os instrumentos de produção devem ser explorados coletivamente e naturalmente concluem que o mesmo destino caberá igualmente às mulheres. Ele sequer suspeita de que a verdadeira meta seja a de acabar com a condição das mulheres como meros instrumentos de produção (Marx; Engels, 2015, p. 84-85).

Arruzza vem debatendo o sistema patriarcal, entendido como “um sistema de relações, tanto materiais como culturais, de dominação e exploração de mulheres por homens. Este é um sistema com sua própria lógica, que é ao mesmo tempo maleável a mudanças históricas, em uma relação de continuidade com o capitalismo” (Arruzza, 2015, p. 39). A autora entende ainda que a reprodução social desenvolvida pelas mulheres compreende a “manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional” (Arruzza, 2015, p. 55), mostrando como isso foi apropriado pelo capitalismo para continuar explorando as trabalhadoras e trabalhadores, considerando que:

(...) reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado: por exemplo, preparo da comida, educação dos jovens, cuidado dos idosos e doentes, assim como as questões domésticas e todo caminho até as questões de sexualidade... (Arruzza, 2015, p. 55).

Grande parte da classe trabalhadora brasileira, tanto no trabalho formal como informal, é formada por mulheres. O contexto do país é o da desigualdade de gênero com inúmeros casos cotidianos de machismo, assédio, misoginia e feminicídio. Em relação ao mercado de trabalho e a realização de tarefas domésticas, além do cuidado de terceiros, os índices de baixa remuneração e exploração das mulheres não seriam diferentes, sintomáticos que são desse abismo de oportunidades em relação aos homens. Levando em consideração, por exemplo, o mercado de influência, cada vez mais em voga no Brasil, os dados demonstram que as mulheres são a maioria das pessoas que atuam no setor, mas recebem menos do que homens<sup>6</sup>. Nesse sentido, entendemos que existe uma máscara simbólica operada pela colonialidade que afeta todas as mulheres de alguma maneira, apenas por conta de seu gênero historicamente subalternizado, limitando assim as inúmeras possibilidades de ser e estar no mundo de maneira livre.

## 6. É POSSÍVEL (RE)IMAGINAR UM MUNDO SEM RACISMO, SEM SEXISMO E SEM DESIGUALDADE SOCIAL?

Diante de nossa discussão, acreditamos que é preciso buscar ferramentas teórico-metodológicas capazes de oferecer caminhos que alcancem, efetivamente, uma superação do pensamento hegemônico ocidental, vinculado a uma suposta objetividade. A proposta metodológica de Carrera (2021) chamada de “roleta interseccional” busca compreender uma série de questões que são levantadas ao analisarmos interseccionalmente nosso objeto ou sujeito de estudo. Assim, a roleta interseccional se baseia em entender “quais são os eixos de opressão que predominam em cada situação? Quais aqueles que deixam rastros no discurso e no sujeito em análise?” (Carrera, 2021, p. 11). Tais atravessamentos aparecem de acordo com o objeto ou com o sujeito a partir do levantamento bibliográfico realizado previamente por quem pesquisa.

---

<sup>6</sup> Mulheres influenciadoras digitais podem ganhar até 20% menos do que homens. Para mais informações, conferir: WELLE, D. Mulheres são maioria entre influenciadores, mas ganham menos. **Carta Capital**, [S. l.], 22 abr. 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/tecnologia/mulheres-sao-maioria-entre-influenciadores-mas-ganham-menos/>. Acesso em: 18 out. 2025.

Ao debater sobre os aspectos de raça, classe e gênero, percebemos inúmeros dilemas da contemporaneidade. No que diz respeito ao âmbito comunicacional, é perceptível a influência da realidade representacional, em que pessoas negras, pobres e mulheres são excluídas tanto de processos criativos quanto de reproduzir suas próprias existências. Entretanto, existem medidas que podem auxiliar em percepções outras sobre os problemas que afligem pessoas em situação de subalternização. hooks (2019) apresenta estratégias para uma libertação viável e renovada: “uma politização radical das pessoas negras, estratégias de descolonização, críticas ao capitalismo e uma resistência contínua à dominação racista” (hooks, 2019, p. 84-85). É preciso enxergar outras maneiras de existência atreladas a modos de vida que estão fora do âmbito do par modernidade/colonialidade. Ainda assim, conforme indica a teórica, “o medo maior é que as diferenças raciais, culturais e étnicas sejam continuamente transformadas em *commodities* e oferecidas como novas refeições para aprimorar o paladar dos brancos - que os Outros sejam comidos, consumidos e esquecidos” (hooks, 2019, p. 94-95). Tal reflexão é crucial para evitar a apropriação social, discursiva e cultural de grupos minorizados por parte de indústrias, como a midiática.

Faz-se necessário então fomentar a tomada de consciência de raça, classe e gênero não só de quem produz conteúdos e práticas comunicacionais, seja no jornalismo, na cultura, na publicidade, mas também nas mudanças curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação nas universidades brasileiras, assim como ampliação das ações afirmativas para pessoas negras, quilombolas, indígenas e aldeadas ingressarem e permanecerem como professoras e professores, uma vez que na universidade ainda predomina uma visão eurocêntrica e que reproduz valores imbuídos de colonialidade.

Deste modo, perguntamo-nos: incluir num sistema racista, sexista e desigual é suficiente? Como lidar com as armadilhas dos regimes midiáticos vigentes? Em que medida as possibilidades de brechas existem de fato? Seriam elas estratégias de sobrevivência, logo soluções paliativas? As possíveis soluções parecem atraentes por serem de fácil aplicabilidade a curto prazo. Porém, precisamos assinalar que foram mais de 526 anos de estruturação da colonialidade como força opressora que construiu nossas sociedades ocidentais.

Por último, mas não menos importante, defendemos construir como horizonte utópico um mundo possível sem racismo, sem capitalismo e sem sexismo. Como podemos recuperar essa capacidade de sonhar outros mundos possíveis? Ao que parece, a constatação é a inexistência de meios para os quais poderemos ter oportunidades para uma efetiva transformação social diante da derrocada de outras formas de pensamento para além do

neoliberal. Porém, conforme indica Oliveira (2021b), “não é seguindo a ideia de empoderamento liberal que alcançaremos tal horizonte utópico” (Oliveira, 2021b, p. 240).

Ainda, acreditamos ser importante aprofundar os debates a partir de conceitos e ideias, como a interseccionalidade, uma vez que neste artigo oferecemos apenas uma mirada de uma possível abordagem, afinal, trabalhamos com raça, classe e gênero de maneira didática e dividida, para compreensão da pessoa leitora. Em outras oportunidades, pretendemos acionar a interseccionalidade como ferramenta de interpretação principal na análise de produtos específicos e/ou uma área do campo, respeitando os desígnios dessa proposta teórico-metodológica e buscando contornos mais definidos. Com este trabalho, buscamos ampliar o debate sobre os aspectos de raça, classe e gênero na comunicação brasileira, partindo de um desejo de aumentar as referências de intelectuais negras brasileiras nas pesquisas contemporâneas, visibilizando quem (sobre)vive na pele cotidianamente esses marcadores sociais e suas desigualdades.

Finalizamos com a esperança de que a dor e revolta causadas pelos modos de opressão presentes no eixo de dominação de raça, classe e gênero possam se converter em sentimentos revolucionários de libertação, que tragam movimento e transformação, afinal a proposta de decolonialidade se configura como um projeto coletivo não só de um futuro, mas de um presente melhor para todas as pessoas, inclusive na comunicação.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, [S. l.], n. 23, p. 33-58, 2015.
- CABRAL, A. **Análise de alguns tipos de resistência**. Bolama, Guiné-Bissau: Imprensa Nacional, 1979.
- CAETANO, M. G. Bordas do corpo, fronteiras do mundo: notas sobre o feminismo fronteiriço. In: LOPES, A.; FACINA, A.; SILVA, D. (Org.). **Nó em pingo d'água**: sobrevivência, cultura e linguagem. Rio de Janeiro: Mórula; Florianópolis: Insular, 2019.
- CARRERA, F. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. **E-Compós**, [S. l.], v. 24, 2021.
- CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo, SP: Veneta, 2020.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2021.

CONCEIÇÃO DOS SANTOS, P. H. **O mito da publicidade antirracista ou sobre o capital de representatividade**: por outra ética publicitária. Tese (Doutorado em Mídia e Cotidiano) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

COX, O. C. **Caste, class & race**: a study in social dynamics. New York, United States: Monthly Review Press, 1959.

DANTAS, A. Geografia e epistemologia do sul na obra de Milton Santos. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 49-61, 2014.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, F. Racismo e cultura. **Revista Convergência Crítica**, [s. l.], n. 13, p. 78-90, 2018.

FANON, F. **Pele Negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, [S. l.], v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

FREIRE, P. **Conscientização**. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Cortez, 2021.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

hooks, b. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464.-478, 1995.

hooks, b. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas: em decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MARTINO, L. C. (2001). De qual comunicação estamos falando?. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (Orgs.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MATTOS, M. B. **A classe trabalhadora**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó, 2021.

MORAES, F.; SILVA, M. V. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 28., 2019, Porto Alegre. **Anais [...]** Campinas, Galoá, 2019.

NJERI, A. Reflexões artístico-filosóficas sobre a Indústria Cultural. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n. 32, p. 77-83, 2022.

OLIVEIRA, D. de. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Editora Dandara, 2021a.

OLIVEIRA, O. B. Contribuições para descolonização do pensamento na Comunicação. **Cambiassu: Estudos em Comunicação, [S. l.]**, v. 16, n. 27, p. 221-241, 2021b.

OYĒWÙMÍ, O. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

QUINTANEIRO, T. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos ces, [S. l.]**, n. 18, p. 106-131, 2012.

SODRÉ, M. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SODRÉ, M. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2016.

***Ohana Boy Oliveira***

Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).  
Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da  
Universidade Federal Fluminense (PPGCOM/UFF).

***Pedro Henrique Conceição dos Santos***

Pesquisador bolsista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.  
Realiza estágio pós-doutoral na Universidade Federal Fluminense no Programa de  
Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF). Doutor em Mídia e Cotidiano pelo  
Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense.



Esta obra está licenciada com uma Licença  
Creative Commons Atribuição-Não-Comercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional